FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular
2022-2023

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública

Unidade curricular

Procedimento Administrativo
(*Simplificação administrativa e procedimento administrativo justo*)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Neves

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A unidade curricular estuda o procedimento administrativo a partir do direito a um procedimento justo e da exigência de simplificação administrativa. Um dos objetivos é o de revisitar as características de um tal procedimento e o de analisar o sentido e o alcance da simplificação procedimental. Outro dos objetivos é o de saber como tal direito e tal exigência se concretizam no Direito português e analisar como o seu tratamento normativo deve ser integrado pelo Direito administrativo global e, em particular, pelo Direito europeu. Neste quadro, constitui ainda objetivo da unidade curricular o estudo do impacto da tecnologia sobre as várias categorias do Direito Administrativo procedimental.

Pretende-se promover a aptidão dos estudantes para articular dimensões da justiça e da simplificação procedimentais; e, bem assim, a aptidão para as compreender e pensar a partir de várias fontes de Direito. Procura-se desenvolver a sua competência para identificar e resolver questões jurídicas aplicando os parâmetros de um procedimento administrativo justo, eficiente, eficaz e responsivo em Estado de Direito. De igual, procura-se que resolvam, discutindo de forma colaborativa, casos em contextos reais, no contexto de um pluralismo normativo multinível.

Conteúdos programáticos

I - A atividade administrativa e o procedimento administrativo

1.1. As funções e a tipologia dos procedimentos administrativos

1.2. Procedimento administrativo justo, mandato de otimização e Estado de Direito

II - A relevância do Direito europeu para a compreensão e a delimitação do regime dos procedimentos administrativos

2.1. Princípios e garantias procedimentais

2.2. A adoção de uma lei europeia do procedimento administrativo

2.3. Os procedimentos compósitos ou mistos

III - Simplificação administrativa e procedimento administrativo justo

3.1. Simplificação administrativa e a "quantidade ótima de procedimento"

3.3. Os instrumentos de simplificação do procedimento administrativo

3.4. As formas, as formalidades, desvalor jurídico, sanação e responsabilidade administrativa

IV - Tecnologia e procedimento administrativo

4.1. A aplicação de tecnologias de informação e de tecnologias de comunicação ao procedimento administrativo

4.2. O impacto dos algoritmos sobre a teoria constitucional e administrativa do procedimento administrativo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O programa abrange os diversos aspetos que constituem os objetivos da unidade curricular, quanto aos conhecimentos a adquirir, e permite desenvolver as aptidões e competências referidas.
A primeira parte do programa analisa o sentido e alcance do procedimento administrativo segundo um mandato de otimização e de justeza. A segunda parte apresenta as diferentes vertentes da conformação pelo Direito europeu do regime jurídico do procedimento administrativo, no contexto do desenvolvimento de uma União Europeia administrativa. A terceira parte versa sobre os instrumentos jurídicos de simplificação procedimental, discutindo e exercitando a aplicação do respetivo regime. A quarta parte do programa delimita o quadro normativo da utilização da tecnologia pela Administração como instrumento de comunicação e no tratamento e construção da informação no procedimento administrativo.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino/aprendizagem assenta na articulação entre a análise dogmática e a exercitação em contextos reais aplicativos. Valoriza a participação e a discussão colaborativa.
A calendarização de materiais de apoio (insertos no moodle), assim como o diálogo com o docente permitem ajudar os alunos na sua própria aprendizagem e o aprofundamento das temáticas.
No quadro de regulamento de avaliação vigente, consideram-se, na avaliação contínua, os seguintes elementos: *i)* participação nas aulas, discutindo a resolução de exercícios e/ou debatendo ideias; *ii)* elaboração de comentário a acórdão a partir de um elenco de sugestões, o qual avaliado de acordo com os critérios e escalas correspondentes definidos em grelha inserida na plataforma Moodle. Será dado *feedback* individualizado por referência detalhada a estes critérios e escalas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos, o carácter interativo e uma abordagem normativa plural multinível favorecer a apreensão dos diversos conceitos, princípios e regimes, a procura de soluções jurídicas tecnicamente informadas e, bem assim, a construção de um entendimento crítico e juridicamente cosmopolita das questões.
A realização de trabalho escrito permite que os estudantes exercitem as qualidades de reflexão e escrita jurídicas e dá-lhes *feedback* significativo e oportuno para a melhoria da aprendizagem.

Bibliografia principal

- AAVV. *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo, Volume I*, coordenação de Carla Amado Gomes et al., AAFDL, 5.ª edição, 2020/6.ª edição, 2022.
- Chevalier, E., & Dubos. O. "The Notion of 'Transnationality' in Administrative Law: Taxonomy and Judicial Review", *German Law Journal*, 2021, 22(3), 325-343. doi:10.1017/glj.2021.15
- Craig, Paul, Hofmann, Herwig C.H. e Schneider, Jens-Peter e Ziller, Jacques (edited by). ReNEUAL *Model Rules on EU Administrative Procedure*, Edited by Oxford University Press, 2017.
- Doménech Pascual, Gabriel. "Hacia la simplificación de los procedimentos administrativos", in *La Simplificación de los Procedimentos Administrativos, Actas del IX Congreso de la Asociación Española de Profesores de Derecho Administrativo*, Santiago de Compostela, 7 y 8 de febrero de 2014, pp. 15-73 (https://www.academia.edu/9429492/Hacia_la_simplificacion_de_los_procedimientos_administrativos).
- Neves, Ana. "The reshaping of the administrative procedure through technology as an opportunity to reinforce subjects' rights", *Toruńskie Studia Polsko-Włoskie XVI - Studi Polacco-Italiani di Toruń XVI*, Toruń 2020, pp. 7-28 (https://integro.pbw.edu.pl/ici/search?q=Prawo+podmiotowe&index=4).
- Valero Torrijos, Julián. "Las garantias jurídicas de la inteligência artificial en la actividade administrativa desde

la perspetiva de la buena administración", *Revista Catalana de dret públic*, n.º 58, 2019, pp. 82-96 (https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7005058).

*

Parte destes recursos ficam disponíveis na plataforma Moodle.

Na mesma, encontram-se disponíveis igualmente os exercícios, a jurisprudência e a legislação necessária à unidade curricular.